

# Juristas opinarão sobre a atuação popular na (Assembléia Constituinte)

BRASÍLIA — A Comissão Mista que examina a emenda convocando a Constituinte reúne-se hoje para apreciar os 16 nomes de juristas e representantes da sociedade civil que serão sugeridos pelo relator da matéria, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) para exporem suas idéias sobre aspectos jurídico-constitucionais e participação popular na Constituinte. A Comissão irá também discutir proposta do relator de revogação ou alteração de dispositivos constitucionais que possam prejudicar o funcionamento da Assembléia.

A reforma constitucional a ser defendida por Bierrenbach deverá prever a revogação das medidas de emergência e de dispositivos segundo os quais processo contra parlamentar, na hipótese de abuso de direito individual ou político com o propósito de subversão ou corrupção, não dependerá de licença da Câmara a que pertence.

A remoção desses dois pontos da Constituição é defendida também pelo Deputado João Gilberto (PMDB-RS), que deverá, na reunião de hoje, provocar um debate sobre as leis que precisam ser revogadas ou suspensas. Entende João Gilberto que a Comissão Mista deve refletir sobre as normas que, mantidas, afetariam a soberania ou a liberdade da Constituinte.

O Deputado passou o último fim de semana examinando a questão e nessa análise enfrentou um proble-

ma: o que realmente teria de ser extirpado das leis consideradas "entulho autoritário"? Para João Gilberto, há dispositivos da Lei de Imprensa, por exemplo, como o do direito de resposta, que não podem deixar de permanecer em vigor. Também quanto à Lei de Segurança Nacional há um questionamento do Deputado sobre que pontos dela poderiam influir no funcionamento da Assembléia.

## ● O Congresso resiste à Constituinte exclusiva e às candidaturas avulsas ●

JOÃO GILBERTO (PMDB-RS)

Uma alternativa para contornar tal dificuldade seria, segundo João Gilberto, a suspensão de partes das leis, durante a campanha eleitoral e até o término dos trabalhos da Constituinte. O Deputado entretanto, não chegou a uma conclusão sobre o procedimento a ser adotado.

Outra lei considerada autoritária é a de greve. Nesse caso, João Gilberto, embora contrário à lei, tem dúvidas sobre a sua influência na Constituinte. Ontem, ele contestou a afirmação do Presidente da Comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-

PI), de que não existe a figura de suspensão da aplicação de leis, lembrando que foi suspensa a vigência de dispositivo constitucional fixando percentuais de votação para o funcionamento dos partidos.

Na reunião de hoje, segundo Helvídio Nunes, deverá ser votada a prorrogação, por 30 dias, do prazo dos trabalhos da Comissão. Tal prorrogação, sugerida por Bierrenbach, proporcionará a sociedade civil, na opinião de João Gilberto, mais tempo para pressionar o Congresso em favor de suas teses.

— A sociedade civil — afirmou o Deputado — sempre teve influência sobre o Congresso e é possível que com sua pressão as forças políticas repensem suas posições.

João Gilberto informou que tem recebido cartas e telegramas de diversas entidades em favor de uma Constituinte exclusiva. Ele prevê um grande processo de negociação e mediação na Comissão, mas admite que será difícil a conciliação entre as posições da sociedade civil e dos políticos.

— No congresso — observou — existe muita resistência à Constituinte exclusiva e às candidaturas avulsas.

Hoje, os integrantes da Comissão deverão receber, já publicadas sob a forma de avulso, as emendas dos parlamentares à proposta do Governo. Entre elas há quatro em favor da Constituinte exclusiva e três propondo as candidaturas avulsas.